

Práticas discursivas sobre a sexualidade na escola: identidade em (des)construção

André Nogueira Alves¹
PPGL | UCPel

Resumo: A escola é o espaço adequado à discussão sobre as questões de gênero e diversidade sexual e suas respectivas identidades. O que ocorre fora de seus muros também se reproduz em seu interior. Assim os estudantes explicitam seus anseios e contrariedades e, muitas vezes, valem-se do próprio corpo para manifestar seus desejos, que, para alguns, são negados pela heteronormatividade compulsória. Essa situação também encontra espaço entre os docentes que não receberam ou buscaram a capacitação para estabelecer um debate saudável em relação a gênero e à diversidade sexual. O silenciamento sobre a perspectiva de gênero gera a manutenção da heteronormatividade e da homolesbotransbifobia, que faz com que o Brasil seja campeão de assassinatos de pessoas travestis e transexuais. A ausência dessa temática, nessa perspectiva, mantém as relações de gênero engessadas no modelo binário, que aceita práticas específicas de manifestação da sexualidade, negando as demais possibilidades. Quando a escola silencia a discussão de gênero e diversidade sexual, ela adere à manutenção das práticas de violência: da simbólica à física. As situações de violência de gênero e diversidade sexual fazem parte do cotidiano escolar como qualquer outra forma de violência, mas não

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

costumam receber a mesma atenção. Mesmo que essa intenção não seja proposital, sua ocorrência é material.

Palavras-chave: escola; gênero; identidade; sexualidade.

Title: Discursive practices about sexuality in school: identity in (de) construction

Abstract: The school is the appropriate space for discussion on issues of gender and sexual diversity and their respective identities. What takes place outside its walls also reproduces itself within. Thus the students express their longings and setbacks and often use their bodies to express their desires, which for some are denied by compulsory heteronormativity. This situation also finds space among teachers who did not receive or sought training to establish a healthy debate regarding gender and sexual diversity. The silencing of the gender perspective generates the maintenance of heteronormativity and homobiphobia, which causes Brazil to be the champion of murders of transvestites and transgenders. The absence of this theme, in this perspective, maintains the gender relations embedded in the binary model, which accepts specific practices of manifestation of sexuality, denying the other possibilities. When the school silences the discussion of gender and sexual diversity, it adheres to the maintenance of practices of violence: from symbolic to physical. Situations of gender violence and sexual diversity are part of everyday school life like any other form of violence, but they do not usually receive the same attention. Even if this intention is not purposeful, its occurrence is material.

Keywords: school; gender; identity; sexuality.

Introdução

E agora, escola?! Ela quer ser tratada como ele. Espanto geral dos professores que sempre a/o veem em aula, mas não a/o enxergam, nem percebem que suas roupas, corte de cabelo e comportamento expressam o gênero masculino. Um nome feminino escrito na chamada, e uma generificação masculina o responde. O estranhamento dos primeiros dias do semestre se guarda em silêncio. O não dizer dos professores e das

professoras revela o “desconforto” que o rompimento da hegemonia de gênero traz. Em um momento de conselho de classe, a representante da turma enuncia ao corpo do docente: a aluna X não quer ser tratada como “a X”, e sim como “o X”. Agora não há saída para as pessoas do “conselho”, o assunto-pessoa foi exposto e precisa ser discutido. Os professores são instados a dolorosamente refletir.

A partir da situação apresentada, percebe-se a dificuldade em relacionar, dentro do binarismo masculino/feminino, um corpo que desliza para uma zona de fronteira e se constrói de outra forma. Essa “dificuldade” se acentua na escola, que é – ou deveria ser – um espaço além da aprendizagem formal, um espaço verdadeiramente educativo, em que se despertasse um estímulo questionador para as regras e imposições apresentadas, ao invés de garantir naturalizações, muitas vezes, nocivas a algumas posições de gênero não correspondentes à heteronormatividade. Ao se estabelecer em existência, na escola, esse corpo que desliza entre, além, ou a partir das formações binárias de gênero provoca a desacomodação de ideias e (pre)conceitos. Levando-se em consideração que se trata de uma escola agrícola em zona de fronteira (Brasil/Uruguai)², onde o mito do gaúcho está incorporado ao fazer cotidiano, manifestando-se, por exemplo, visivelmente nas bombachas e em outras vestimentas que se identificam com esse imaginário de identidade gaúcha. Esse atravessamento mítico é presente em um modelo disseminado de ser e de estar no aparato social local, que interpela e regula o sujeito, determinando seu modo de ser e agir. Mas como toda a regulação, por ser uma zona porosa, mesmo propondo a homogeneização, também permite-se à instauração do novo, daquilo que lhe é diferente e sobre o qual se perde o controle.

² A reflexão sobre situações de violência associada a gênero em um espaço fronteiriço é abordada pelo Projeto Gênero e Fronteira do LEPF – Laboratório de Estudos e Pesquisas Internacionais e de Fronteira.

Desenvolvimento

A existência desse corpo é um desafio ao espaço material, onde os atores são delimitados por dispositivos, que regulam e normatizam o ser e o estar no mundo. Mas há de ser romper a imposição dessas barreiras, para estabelecer uma tentativa, pois, nesse jogo metafórico, admitem-se apenas “peças de fábrica” em suas engrenagens ou em seu tabuleiro, e aquilo que foge a esse controle gera o mal estar. No entanto, importa saber que o sujeito também é capaz de fazer suas jogadas e estratégias, pois

[...] os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade, os sujeitos não a exercitam livres de constrangimentos. Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem (LOURO, 2004).

A subversão à heteronormatividade compulsória³ marca-se no corpo como uma forma identitária, aliando-se a uma prática de atitudes, que possam desvelar o rompimento das barreiras de fronteira de gênero. Dessa forma, o corpo passa a ser a arena de confronto das imposições do que se entende por ser homem e ser mulher. E, ao mesmo tempo, passa ser palco das performatividades e a partir delas o gênero vai se construindo e se expondo.

Nessa construção, o corpo destaca-se, em uma percepção foucaultiana, como vetor maior das micropolíticas, sobretudo em sua contestação dos regimes disciplinares, impostos a ele como uma forma de dominação, por vezes explícita e por outras tácita, mas igualmente forte e impositiva. Assim, diferentes práticas discursivas têm atuado no sentido de conter os corpos, obedecendo a sistemas de coerção que proíbem o gordo, o baixo, o negro e as sexualidades não heteronormativas. A escola não

³ A heteronormatividade compulsória pode ser considerada como um dispositivo aos moldes de Michel Foucault, regulando e impondo a construção do binarismo masculino/feminino.

foge da prática dessas relações em suas práticas discursivas e em seus processos de regulação, pondo em funcionamento o ideal de indefectibilidade do corpo que se manifesta no discurso escolar em consonância com os estereótipos presentes no discurso do senso comum, orientados por uma prática específica, que nega o outro quando este não se enquadra no padrão de expectativa.

Tendo por base os estudos foucaultianos, Louro investiga especificamente o tratamento dado pela instituição escolar a questões como gênero e homossexualidade:

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma” (LOURO, 2001, p.89).

Essas interdições corroboram para a falsa ideia de vulnerabilidade da heterossexualidade em relação às homossexualidades, disseminando temores que resultam no combate aos estudos de gênero, temidos pelos movimentos conservadores e pelos ligados a denominações religiosas. Ao “defender” crianças e adolescentes da exposição à perspectiva dos estudos de gênero, esses grupos creem estar protegendo-os contra quem lhes quer fazer mal e deturpar a boa formação moral. Por isso abordar o tema da diversidade sexual na escola ainda é visto, por alguns, como “ensinar a ser gay”, pois, para eles, a discussão a respeito da diversidade sexual, no ambiente escolar, seria uma forma de incitar crianças e adolescentes a se tornarem gays e lésbicas, já que não entendem a sexualidade como particular e algo próprio do ser humano. O importante é perceberem que o diferente merece respeito e que respeitar as diferenças não significa o desejo de ser igual. As questões de ordem moral e religiosa, ainda, são um

grande obstáculo para que esse debate realmente se incorpore ao cotidiano escolar, pois o princípio da laicidade do Estado ainda não está de fato efetivado nas instituições públicas.

A escola é fundamental na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social. É na escola que se formam cidadãos e cidadãs atuantes. É também o espaço para que eles e elas sejam respeitados e respeitadas em suas especificidades. A escola não é só um lugar de transmissão do saber, é onde se aprendem valores e atitudes e de onde se levam as boas e as más lembranças, os bons e os maus exemplos de convivência, amizade e solidariedade. Qual de nós não teve um professor ou uma professora por quem alimentamos uma grande admiração? Muitos até influenciaram na escolha da nossa profissão. Ou são lembrados por uma crítica ou por palavras agressivas, disfarçadas por outra intenção. Uma professora, ao dizer, repetidas vezes, para uma estudante adolescente que esta deveria passar batom e soltar o cabelo para evitar ter um aspecto masculino, julga estar fazendo algo positivo, que iria auxiliar o “bem estar” da estudante. A forma de estar no mundo dessa estudante desacomodava a professora. Mas será que a situação contrária aconteceria? Será que a estudante se sentiria no direito de dizer à professora a forma adequada de esta manifestar o seu gênero?

Se os/as educadores/as quiserem ser eficazes em seu trabalho com todos/as os/as jovens, eles/elas devem começar a adotar uma visão mais universalizante da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular. Assim, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar as formas como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade (BRITZMAN, 1996, p.92).

Para os/as estudantes LGBTTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros), porém, a escola tem sido quase sempre um ambiente hostil. Eles têm uma visibilidade que não desejam.

São vítimas de piadas, risos, agressões físicas e verbais. São sempre apontados de maneira negativa por conta de sua identidade de gênero e orientação sexual. Tais comportamentos agressivos e violentos são fatores que levam muitos/as desses/as estudantes a abandonar a escola. Quando permanecem, não têm boas lembranças desse período. A homofobia na escola não deve ser banalizada, passando como algo rotineiro, comum ou “de fase”. Precisa ser encarada como uma reprodução, no universo da escola, da violência que se encontra na sociedade como um todo. Quando se trata de discutir a sexualidade com o/a adolescente, o/a educador/a não deveria, por exemplo, partir do pressuposto de que toda a classe é heterossexual. Sempre haverá a probabilidade de encontrar estudantes que se interessam afetiva e sexualmente por colegas do mesmo sexo. Além dessas considerações, existe uma especificidade do/a estudante LGBTQI+ na escola que o/a distingue dos membros de outros grupos sociais vítimas de preconceito: a adolescência é a época das primeiras vivências sexuais. Nisso, a escola representa para os/as estudantes um contexto social importante, quando não o principal, onde acontecem alguns dos primeiros contatos sexuais. Até mesmo as experiências ocorridas fora da escola são depois comentadas entre colegas e amigos/as nos pátios e salas de aula. É também na escola que o/a adolescente pode contar com uma rede de apoio e de informação, que o/a torna menos vulnerável a situações de abuso e a comportamentos de risco. No caso do/a estudante LGBTQI+, a homofobia faz com que ele/a esconda, disfarce ou até reprima a própria sexualidade pretendendo não ser diferente do padrão de seus colegas para evitar o isolamento e a exclusão do grupo. A escola não possibilita espaço para que as narrativas não heteronormativas circulem no espaço do dizer e da literatura de sala de aula. Aquelas do cânone literário que podem se enquadrar nesse modelo trazem histórias com nuances da homossexualidade com estratégias para que o sentido transgressor esteja marcado implicitamente nas narrativas literárias, a exemplo de Dom Casmurro, de Machado de Assis.

É importante que a escola reconheça que identidade de gênero se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos genéticos, culturais e sociais, no qual as pessoas passam a se

identificar com o masculino ou o feminino, não importando o seu sexo biológico. Uma pessoa nascida com o sexo masculino ou feminino pode formar uma identidade feminina ou masculina, tornando-se transexual ou travesti. Essas pessoas são as chamadas transgêneros. Essa condição leva a pensar que a identidade de gênero não está estruturada necessariamente na imagem física que o indivíduo tem de si, ou seja, não segue necessariamente o seu sexo biológico. Essa identidade está enraizada na percepção que a pessoa tem de si mesma, em seus conceitos e sentimentos e na maneira de se sentir confortável num corpo masculino ou feminino.

O comportamento masculino e o feminino são constituídos a partir das prescrições e normas estabelecidas pelos indivíduos, pela sociedade, pelo Estado, enfim, pela cultura. E podem ser muito diferentes de uma região para outra, de um Estado para outro, de um país para outro. Esse comportamento, essa forma de agir, é moldado pelas denominadas normas de gênero. O comportamento sexual é fortemente influenciado por essas normas, que estabelecem um modelo dominante de masculinidade e de feminilidade. Por exemplo, tomar conta de bebês é considerado atribuição feminina, uma vez que, para a nossa cultura, as mulheres são mais afetivas e delicadas para essa atividade. Apesar de, na atualidade, muitos homens participarem do cuidado com os filhos, de serem mais afetivos do que seus pais foram, ainda se espera que a mãe cuide das principais necessidades da criança, cabendo ao pai o sustento da família. O modelo heterossexual de família, baseado numa divisão sexual do trabalho doméstico, ainda é predominante. As normas de gênero expressam os costumes de um dado momento histórico e, por isso, podem sofrer mudanças.

É preciso refletir por que há tanta dificuldade de incluir pessoas que são diferentes do padrão, assim como é preciso questionar-se se há padrão. O papel da escola e dos/as educadores/as nessa questão, principalmente quando está relacionada à diversidade sexual, é indispensável. A escola produz e reproduz valores e ideias preconcebidas a respeito dos relacionamentos humanos. No caso da homofobia, a escola pode consenti-la ou mesmo ensiná-la. Mas é também nela que podemos

elaborar e re-elaborar as relações humanas. Este é o desafio: constituir um corpo de educadores/as capazes de discutir as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero sem minimizar ou mesmo rotular indivíduos. Porém a escola está carente dessa abordagem. Carente de políticas curriculares que descentralizem o conhecimento, ela não pode ser espaço para aprender apenas as letras e os números ou os conhecimentos acumulados pela humanidade, mas deve ser um lugar em que as pessoas aprendam a se conhecer e se respeitar, pois

Não há como discutir gênero e educação sem discutirmos também o papel da linguagem como fator de exclusão (...), aprendemos o papel fascista exercido pela língua, cuja principal função não é comunicar, mas nos sujeitar, nos obrigar a dizer: “(...) a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1989, p.14).

Nos dicionários, o termo diversidade é apresentado como divergência, oposição, dessemelhança, qualidade daquilo que é diverso ou como contraposto à unidade e harmonia, para citar apenas alguns exemplos. Essas definições não permitem estabelecer qualquer relação mais relevante com a diversidade sexual. É necessário dar novos significados à diversidade sexual, lembrando que ela é um componente da dimensão humana. Se observarmos mais de perto, todos são diversos. Não são “os outros” os diversos, os diferentes. A diversidade está em todos. Com base nisso, deve-se considerar que existem várias possibilidades de vivência e experiência da sexualidade e, por isso, é importante dar-lhe um sentido “plural” – sexualidades. Daí a diversidade sexual. Convém lembrar que todos integram uma rede de relações culturais, historicamente construídas, que se mantém num jogo de forças complexo, marcado por conflitos derivados das diferenças que caracterizam indivíduos e grupos, mas também pela busca de equilíbrio na diversidade que caracteriza a vida humana.

Nascemos num determinado tempo e lugar, somos parte de um grupo familiar, de uma comunidade, de um país. Temos hábitos, costumes,

valores e crenças ligados à nossa história e ao modo de vida do tempo e do lugar em que nascemos e crescemos. É importante notar que não somos apenas natureza. Somos também cultura e fazemos mais do que contemplar o mundo. Criamos e recriamos, interferimos na realidade, sonhamos, desejamos, buscamos conhecer o mundo. Um/a educador/a pode se dar conta ou não da diversidade, mas é bom lembrar que ela é real e não depende de nossa percepção ou permissão para que ganhe existência. Nesse sentido, trabalhar na perspectiva da diversidade é como ganhar óculos e poder, e com eles mirar o mundo, conhecendo ou reconhecendo outros marcadores identitários – de gênero, de raça/etnia, geracional, de orientação sexual, de identidade de gênero – e com base nestes reconhecer novas possibilidades de relações sociais que irão gerar mais conhecimento e maior respeito humano. Convivemos com outras culturas, outros valores, questionamos os costumes e a moral que nos foram dados ou impostos. Ou seja, durante nossa vida podemos mudar nossas crenças, valores, interesses, modos de sentir e de ver as coisas. A construção do respeito à diversidade sexual passa necessariamente pela desconstrução do modelo heteronormativo de sociedade, que considera como padrão de normalidade e respeito somente as relações entre homens e mulheres, excluindo com isso uma parcela significativa de cidadãos/ãs.

Muita gente, ao se defrontar com a diversidade sexual, enxerga o outro como “diferente”, e tem receio desse “desconhecido”. É comum, nesse caso, o estabelecimento de uma hierarquia a partir da qual se tenta dominar e subjugar esse “outro” que foge ao padrão heteronormativo. Diante da homofobia e da discriminação contra a população LGBTQ+, os educadores/as têm um papel fundamental: o de ampliar e jogar luzes sobre a discussão da diversidade sexual; de fazer do espaço de aprendizado um local de exercício de cidadania, de defesa dos direitos humanos, de matriz democrática, de respeito às particularidades de cada pessoa. Para isso, é importante perguntar-se: qual o lugar da escola na discussão da diversidade sexual? Por onde entra essa discussão? Que caminhos ela percorre? O caminho a ser trilhado é pensar a diversidade sexual contemplada nas práticas curriculares de forma transversal. A

origem etimológica da palavra currículo, no latim curriculum, é a pista de corrida. Essa pista, que corta o Brasil em todas as direções, nos revela como tem sido construída a invisibilidade de negros, indígenas, mulheres, crianças, adolescentes, LGBTTs, idosos, deficientes... É como se olhássemos uma tela de pintura onde diversas pessoas estivessem presentes, mas poucos conseguissem enxergá-las. As diversas formas de registro não enfatizam a presença dessas pessoas nessa pista onde nos formamos. Sabemos que não é um caminho fácil, há muita resistência. Como nos lembra Guacira Lopes Louro⁴, as políticas curriculares são alvo de atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que eles consideram moralmente são. Muitos/as educadores/as e diretores/as calam-se diante da invisibilidade dos atores dessa tela, abstendo a escola de uma posição mais firme de compromisso com a formação da cidadania e da democracia, o que reforça o preconceito e separa as pessoas. É preciso retornar a uma reflexão inicial: por que temos dificuldade de incluir os outros na nossa vida a partir da diferença? Essa dificuldade mostra que certas vivências, experiências e especificidades só são aceitas quando têm convergências e semelhanças com um padrão reconhecido como correto, melhor e único. Quando não se considera a diferença como algo que agrega, que multiplica o olhar e o sentido do mundo, a tendência é de incluir os que são diferentes minimizando ou invisibilizando a diferença. Isso quer dizer que, para aceitar o outro, a diferença deve ser apagada, esquecida. É comum ouvir alguém dizendo, por exemplo: “Ele é legal, apesar de ser gay” ou “Gosto dela, mesmo sendo lésbica”. Esse tipo de atitude revela nossos julgamentos, preconceitos e estereótipos aprendidos ao longo da vida com uma facilidade imensa. Ao não encararmos a diferença, não pensamos nem questionamos a própria condição, principalmente quando se pertence ao grupo dominante. É imprescindível que a educação, hoje, contemple a perspectiva de construção de uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para todas as pessoas. É preciso garantir que as diferenças de classe, raciais/étnicas, etárias, de gênero e de

⁴ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

orientação sexual não reforcem processos de legitimação de hierarquias sociais e de exclusão.

Pensar na diversidade sexual inserida nas práticas curriculares é pensar no currículo como construção sociocultural e histórica, bem diferente de pensá-lo apenas como grade curricular ou rol de disciplinas. O currículo não é uma operação meramente cognitiva, em que determinados conhecimentos são transmitidos a sujeitos prontos. Em vez disso, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares. Precisamos ressignificar o fazer pedagógico não como um mero meio de domínio de habilidades ou conteúdos, mas como um modo de produção cultural diretamente envolvido na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento. Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido a partir de sua intrínseca relação com as questões históricas, políticas e culturais, todas elas envolvidas com as relações que se configuram a partir do comprometimento dos/as educadores/as com o seu tempo. Nesse processo encontram-se as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero que, embora nem sempre contempladas como objeto de discussão e análise nos currículos das escolas e/ou nos cursos de formação inicial dos/as educadores/as, estão presentes na sociedade, nas diversas relações sociais e institucionais. A sexualidade tem sido alvo de constante controle por parte da família, da escola, das religiões e dos meios culturais, com o apoio de livros didáticos e paradidáticos. Precisamos discutir os processos de construção ou formação histórica, linguística e social, instituídos na formação de mulheres e homens, meninas e meninos, para colocarmos a sexualidade no campo do prazer e da naturalidade, pois ela é parte constitutiva de todos nós. É importante analisar como, numa sociedade heteronormativa, funciona o discurso para incluir ou excluir significados e assegurar ou marginalizar formas particulares de comportamento.

Aos educadores/as cabe ultrapassar papel de “meros” transmissores de informação, uma vez que são produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas; ampliar a definição

de pedagogia e currículo, não se limitando simplesmente ao domínio de técnicas e metodologias; cuidar da linguagem, que deve ser estudada não apenas como um dispositivo de expressão, mas como uma prática histórica; desenvolver e investir em práticas pedagógicas para trabalhar com a promoção da diversidade e valorizá-la como vantagem, e não como problema, como nossa cultura costuma encará-la; estar especialmente atentos aos grupos ou situações em que a diferença se torna motivo de desigualdade, acesso desigual a oportunidades e exclusão; desmontar os mecanismos de discriminação, pois não existe diversidade num ambiente que discrimina negativamente qualquer pessoa; localizar distorções e corrigi-las: praticar ações importantes na promoção da diversidade como valor positivo, garantindo-lhe efetividade. Do contrário, apenas se constata que somos todos diferentes ou que a diferença é algo positivo, mas não se constroem os mecanismos para a efetiva promoção de equidade e de reconhecimento da diversidade. Em vista disso, é imprescindível promover a diversidade é destruir mecanismos que impeçam jovens LGBTTs de desenvolver suas potencialidades e seus talentos. Uma escola que não respeita a diversidade fecha-se em si mesma, empobrece-se culturalmente e reforça seus preconceitos. Devemos ver na diversidade um recurso social e pedagógico com alta potencialidade transformadora e libertadora.

Partimos da concepção de que a escola transmite conhecimentos, ao mesmo tempo em que socializa, educa e orienta seus alunos e alunas, exercendo um papel complementar ao da família. A escola tem a responsabilidade de desenvolver ações educativas que levem à formação ética e moral para a construção de valores que respeitem a diversidade. Ela representa para as crianças e adolescentes uma instituição social importante, um espaço de convivência, onde acontecem algumas das primeiras experiências em grupo, as primeiras descobertas sobre o outro, as primeiras trocas afetivas, a descoberta da sexualidade, a compreensão do espaço e da cultura no qual se está inserido. É ali que a criança e o/a adolescente encontram uma rede de apoio e proteção que poderá torná-lo/a menos vulnerável a situações de risco ao seu bem-estar e à sua saúde. É nesse espaço de convivência coletiva que se inicia o exercício da sua cidadania.

Considerações finais

O ambiente escolar é, portanto, um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes. Cada criança, cada adolescente é único/a. Tem uma história de vida particular e diferenciada. Por isso, os princípios da educação devem se pautar pela igualdade de oportunidades, pela valorização de cada pessoa como ser humano, portadora de direitos e deveres, e pelo desenvolvimento das potencialidades individuais. É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana. O ambiente escolar é, portanto, um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes. Cada criança, cada adolescente é único/a. Tem uma história de vida particular e diferenciada. Por isso, os princípios da educação devem se pautar pela igualdade de oportunidades, pela valorização de cada pessoa como ser humano, portadora de direitos e deveres, e pelo desenvolvimento das potencialidades individuais. É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana.

Para uma escola plural e inclusiva, é indispensável que seus profissionais abordem questões de gênero e sexualidade sob a ótica da diversidade sexual, visando superar toda forma de discriminação no ambiente escolar, fazendo uso de metodologias que proponham a eliminação da homofobia e do preconceito e promovam o respeito às diferenças e à dignidade humana para a defesa da cidadania. Louro (1997), de uma forma muito lúcida, destaca que “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir”. Muitas vezes os/as educadores/as se veem diante de situações imprevistas e delicadas relacionadas à sexualidade e necessitam do melhor modo de agir em sala de aula. Assim um bom diálogo, uma boa escuta e a informação são meios eficazes de

resolver conflitos. A ideia é que se perceba a situação e se aprenda com ela. As situações são únicas como acontecimento, mas trazem modelos que se repetem e, por isso, podem servir como prevenção às mais diversas formas de violência comuns ao espaço escolar.

Por ser uma área recente na academia, a violência de gênero ainda está "ganhando espaço" nas literaturas. Mesmo assim, importantes intelectuais estão presentes nessa temática vem oferecendo um rico material para as atuais análises e pesquisas. Mello (2011) faz uma abordagem do feminicídio conceituando que esta é a expressão mais extrema da violência contra o gênero feminino e que está presente desde os primórdios da história da humanidade. Para a intelectual, a violência de gênero tem raízes profundas nas desigualdades de gênero e que recentemente vem recebendo notoriedade por configurar um fenômeno de compreensão política. A socióloga Eva Alterman Blay (2008) as diversas manifestações de violência contra as mulheres tem uma única raiz: a negação da humanidade das mulheres; isto é, o papel subordinativo do gênero feminino nas sociedades atuais fomenta e legitima as diversas violências contra as mulheres. E por sua vez, o grupo LGBTQI+ está abaixo do gênero feminino na relação de valorização social, pois não há ainda políticas públicas de proteção e de garantia de direitos específicos que visem a proposição da legitimação plural das manifestações da sexualidade.

Em vista disso, a sociedade e, por sua vez, a escola (re)produzem uma identidade masculina com base na agressividade, na indisciplina e, muitas vezes, em noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher, o que resulta em uma cultura de violência e no afastamento de estudantes dos bancos escolares. Essa identidade masculina pautada pela agressividade, assim como outras que a corroboram, leva um preciso grupo populacional, composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, cujo direito fundamental à educação é violado, a altas taxas de evasão escolar. Em razão da total invisibilidade e silenciamento dados a esse problema, órgãos governamentais ainda não dispõem de indicadores que possam aferir o tamanho estatístico dessa exclusão escolar. No entanto, pesquisas qualitativas sinalizam a recorrência com que a exclusão escolar aparece nas trajetórias de vidas das pessoas LGBTQI+ e são sempre

associadas ao ódio e à violência perpetrados contra essa população, dentro do ambiente escolar.

É imprescindível buscar os caminhos para a compreensão das causas que levam às mais distintas formas de violência contra LGBTTs, na sociedade em âmbito geral e na escola, em específico. E a psicanálise indica a existência de processos inconscientes subjacentes às relações de violência, as quais, muitas vezes, são praticadas sem a real consciência, pois foram naturalizadas. Um desses processos, o estranhamento, é definível como o susto pelo reconhecimento dos indícios da interdependência na alteridade (FREUD, 1987). Ele tanto pode ser elaborado pela integração da alteridade na intersubjetividade quanto, noutro extremo, pela recusa da alteridade, com seus indícios de interdependência e diferença, através da violência. Na direção tomada interferirão decisivamente as habilidades sociais de convivência, pelas quais se lida com semelhanças e diferenças culturais, no jogo intersubjetivo.

Essas habilidades – por exemplo, o desenvolvimento e o exercício de valores, sentimentos e condutas morais, como aqueles apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) – são aprendidas. Não só é possível educar para formação de habilidades de convivência pacífica e a não-violenta como, sem a educação (não formal e formal), tais habilidades não serão construídas. Daí o papel decisivo da escola, co-responsável pela formação integral das novas gerações e, nesta, pela formação de habilidades psicossociais favorecedoras da integração da alteridade na intersubjetividade.

A violência na escola está nitidamente articulada às relações de gênero. Na faixa etária atendida pelas escolas de ensino fundamental e médio, é fato que os meninos e os rapazes são, quase na totalidade absoluta, os agentes de violência na escola (WAISELFIZ, 2004). Pode-se, então, afirmar uma construção da masculinidade como predominantemente violenta. Devido à construção desse modelo de masculinidade, o preconceito contra o grupo LGBTT está presente na sociedade, pois há um discurso mais forte, de uma prática coletiva que não vê nas orientações homossexuais e nas

transexuais gêneros sexuais legítimos, dando continuidade ao preconceito, à exclusão e à violência. Essas situações fazem parte do cotidiano dos noticiários jornalísticos a que estamos expostos embora não sensibilizem a maior parte da população por conta do estabelecimento de um juízo de valor em que a população atingida tem menor valia dentro das relações pautadas pela heteronormatividade.

Todas essas relações, sem medo da redundância e para ficar bem marcado, ocorrem redimensionadas dentro da escola, por isso o papel do educador é indispensável como mediador de conflitos e como consolidador do respeito à pluralidade. Pois não são raras as vezes em que educadores e educadoras se tornam modelos, referenciais para a identificação e o relacionamento entre os estudantes e as estudantes. Ao perceberem problemas na família e na comunidade estudantil, professoras e professores deveriam reconhecer-se como figuras, por vezes, compensatórias, que orientariam a padrões de relacionamento mais equânimes entre o masculino e o feminino. Esse é o modelo de escola, então, responsável pela formação de relações de gênero não violentas, mais inclusivas das diferenças e da cultura aprendida pelos jovens fora da escola.

A violência de gênero e suas manifestações homoesbotransfóbicas não são instituídas na escola, no entanto é preciso reformular o comprometimento dela com a formação de valores que busquem a equidade das relações de gênero, pois a cultura local (re)produz estereótipos longamente construídos para os homens e as mulheres na cultura nacional. É lastimável constatar que isso se dê na escola, mas, ao mesmo tempo, é para o sistema escolar que a consciência dessa reprodução pode ser mais benéfica: nesse sistema, a consciência de gênero (e das violências de gênero) termina por provocar repercussões positivas, no sentido da transformação das desigualdades, o que poderia estabelecer um caminho para legitimação de outras identidades de gênero que escapam à heteronormatividade compulsória.

Referências

- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BLAY, E. A. *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. Editora 34., 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.21, n.1, p.71-96, jan./jun. 1996.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. São Paulo: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1.ed.:1997).
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho – Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer*. 1. ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MELLO, Adriana Ramos de. *Femicídio: uma análise sócio-jurídica do fenômeno do Brasil*. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ADRIANARAMOSDEMELLO_FEMICIDIO.pdf>. Acesso: 19 out. 2016.
- SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez., 1995, p.71-99.
- VIANNA, C.; RAMIRES, L. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. IN: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres. Ed. UnB, 2009.
- WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência IV – Os jovens do Brasil*. Juventude, violência e cidadania. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. IN: LOURO, G. L.(org.), *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.